

Ata da 238ª Reunião Extraordinária do Conselho Pleno do CFESS ocorrida por meio de videoconferência, nos dias 18 a 20 de março de 2021, Gestão 2020-2023 –  
*Melhor Ir à Luta com Raça e Classe em Defesa do Serviço Social.*

1 Nos dias dezoito a vinte de março de dois mil e vinte e um, reuniram-se, por meio de  
2 videoconferência (Plataforma Teams), as conselheiras constantes da lista de presença em termo  
3 próprio, para participarem da 238ª Reunião Extraordinária do Conselho Pleno, conforme  
4 convocação, por meio da Comunicação Interna CFESS Nº 05/21, de dezenove de fevereiro de  
5 dois mil e vinte e um (19/02/2021). Estiveram presentes em todos os dias e horários à reunião  
6 as(o) seguintes conselheiras(o): Maria Elizabeth Santana Borges (Conselheira presidente);  
7 Maria Rocha (Conselheira vice-presidente); Francielli Borsato (Conselheira 2ª tesoureira;  
8 Alessandra Dias (Membra do Conselho Fiscal); Elaine Pelaez (Conselheira 1ª Suplente); Carla  
9 Pereira (Conselheira 2ª Suplente); Emily Tenório (Conselheira 6ª Suplente); Ruth Bittencourt  
10 (Conselheira 7ª Suplente); e Eunice Damasceno (Conselheira 8ª Suplente). Participaram sem  
11 prejuízo nos demais dias de Pleno, mas com faltas justificadas pelos motivos que seguem  
12 expostos, as/os seguintes conselheiras/o: por motivos de força maior, no dia 20 (sábado) Dácia  
13 Teles (Conselheira 1ª secretária); por motivos de trabalho, dia 19 (sexta – das 14h às 18h) Kelly  
14 Melatti (Conselheira 1ª tesoureira) e Lylia Rojas (Membra do Conselho Fiscal) e, dias 18 e 19  
15 (quinta e sexta) Dilma Franklin (Conselheira 5ª Suplente); estiveram ausentes de todo o período  
16 do pleno, as conselheiras Daniela Moller (Conselheira 2ª secretária); e Mauricleia Santos  
17 Soares, por motivos de força maior. Também participaram do encontro de modo alternado,  
18 conforme as pautas: assessorias especiais Adriane Tomazelli, Cristina Abreu e Zenite Boga; e  
19 assessorias jurídicas Érika Medeiros, Sylvania Terra e Vitor Alencar; assessoria de comunicação:  
20 Rafael Werkema e Diogo Adjuto; e a trabalhadora Sandra Sempé. No dia dezoito de março, a  
21 partir das dezoito horas (18h), os trabalhos foram abertos pela Presidenta que destacou a  
22 importância de condução das pautas do pleno no sentido de pensar o planejamento do ano e as  
23 prioridades para as ações em andamento e que serão desenvolvidas, reafirmando a perspectiva  
24 de que o ano exigirá trabalho intenso da entidade frente à continuidade da crise sanitária, social,  
25 econômica e política no país. Logo após foi lida e aprovada a pauta com inversão de assuntos  
26 anteriormente propostos para tratar na quinta e no sábado pela manhã. Na sequência, foi  
27 informado sobre a impossibilidade das secretárias assumirem a feitura da ata da presente  
28 reunião e, nesse caso, excepcionalmente, destacou-se a conselheira Kelly Melatti para essa  
29 função. Além disso, também foram definidas as coordenações e relatorias por dia de reunião.  
30 Sob coordenação da conselheira Ruth, iniciou-se as discussões dos pontos trazidos pela  
31 **Diretoria Executiva**, sendo o primeiro ponto a discussão acerca do **Relatório de gestão 2020**.  
32 O grupo de trabalho formado pelas conselheiras Kelly e Emily e a assessora Cristina deram os  
33 informes sobre o andamento dos trabalhos, enfatizando a realização de reunião em quinze de  
34 março com a empresa contratada para diagramação, com a participação do GT e assessor de  
35 comunicação, Rafael, quando se discutiu a estrutura do documento que deve conter elementos  
36 mínimos definidos pelo TCU. Foram informados modelos anteriormente elaborados como  
37 forma de adotar semelhanças possíveis. Foi verificada a necessidade de extensão do prazo para  
38 envio do Relatório ao TCU, informando que foi enviado Ofício ao TCU solicitando 30 dias de  
39 prorrogação. Considerando que é factível a aprovação pelo TCU quanto a prorrogação do prazo,  
40 o relatório será apresentado no Pleno de abril para apreciação e aprovação pelo Conselho Pleno.  
41 A previsão para a empresa entregar o trabalho será seis de abril de dois mil e vinte e um. O  
42 segundo ponto debatido foi o retorno acerca das prestações de contas do **Apoio financeiro aos**

43 **Cress AP, PE, GO**, ocorrido em dezembro de dois mil e vinte. Os Cress PE e GO já  
44 apresentaram as suas prestações de contas, estando de acordo. Em relação ao Cress-AP, este  
45 enviou a prestação de contas contendo algumas despesas que não poderão ser consideradas,  
46 decidindo, então, pelo envio de ofício ao Cress, solicitando a devolução do valor  
47 correspondentes à essas despesas, no valor aproximado de R\$1.300,00 (mil e trezentos reais).  
48 As tratativas com o Cress-AP já e se encontram em andamento. O terceiro ponto foi com relação  
49 ao **Pagamento da anuidade do FNDCA**. Conforme deliberação do último Pleno foram  
50 encaminhadas as providências para regularização do pagamento das anuidades ao FNDCA,  
51 espaço político que o Cfess voltou a integrar. No entanto, no processo de efetivação do referido  
52 pagamento da anuidade, foi verificado a necessidade de aprimorar um fluxo para esse tipo de  
53 pagamento, que envolve também outras entidades com as quais o Cfess mantém vinculação e  
54 que há previsão de contribuição anual. Nesse sentido, foi apresentado um modelo de fluxo a ser  
55 seguido, assim como a documentação exigida para instruir os processos de pagamentos. Na  
56 discussão foram levantados questionamentos quanto a exigência de certidões negativas de  
57 obrigações tributárias das entidades com as quais o Cfess mantém vinculação, considerando  
58 que tal exigência poderá obstaculizar alguns apoios a movimentos, frentes e/ ou outras  
59 organizações que, por vezes, não se constituem entidades com CNPJ, mas que do ponto de vista  
60 político, são importantes aliados. O Assessor jurídico se manifestou, destacando aspectos legais  
61 e orientação jurídica em relação à obrigação do Cfess em zelar pela regularidade das entidades  
62 com as quais mantém vínculo, sobretudo quando há apoio financeiro, entretanto, pode haver  
63 análise diferenciada, desde que devidamente justificada, de acordo com a natureza da entidade,  
64 fóruns, frentes quando da solicitação de apoio e que os objetivos a serem alcançados estejam  
65 em consonância com a agenda e direção política do Cfess. Lembra-se ainda que em relação à  
66 Fits que é uma entidade internacional sediada em outro país, com sistema tributário  
67 diferenciado, não caberia a exigência dessas certidões, por exemplo. Sobre esse aspecto, em  
68 específico, foi informado que o Cfess tem o Estatuto da Fits, traduzido para português com  
69 tradução juramentada. Ainda, houve a sugestão de que esses repasses, em formato de anuidade  
70 ou outro, sigam os fluxos, também, para a divulgação no Portal da Transparência do Cfess.  
71 Como sugestão, ao invés de solicitar as certidões, ficou encaminhado de que as prestações de  
72 contas anuais das entidades que recebem o recurso financeiro do Cfess sejam juntadas no  
73 processo administrativo, como forma de justificar a utilização do recurso e a regularidade das  
74 contas. A diretoria executiva organizará as contribuições do pleno e encaminhará comunicação  
75 interna sobre o tema. O quarto ponto tratado foi o de **Apresentação do formulário para**  
76 **sistematizar as informações trimestrais para o TCU**. O modelo de instrumental foi  
77 apresentado e acatado pelas pessoas presentes. Houve discussão sobre a periodicidade de  
78 prestação de contas de 2021; a norma do TCU deixa dúvida em ser trimestral, quadrimestral ou  
79 semestral. Foi apontada, também, a necessidade de definir na estrutura do Cfess, a  
80 responsabilidade por sistematizar as informações das diversas comissões.  
81 Como houve dúvida sobre a data de entrega do relatório, deliberou-se por enviar ofício ao  
82 órgão, consultando expressamente sobre qual o entendimento e recomendação da periodicidade  
83 do relatório. Mesmo assim, ainda que não se tenha a resposta do TCU, considerar-se-á, para  
84 efeitos de trabalho, o prazo de trinta e um de março de dois mil e vinte e um, sendo a conselheira  
85 Francieli quem coordenará a sistematização, juntamente com a assessora Adriane e um  
86 funcionário do setor financeiro. Posteriormente, a Comissão Permanente de Trabalho (CPT) irá  
87 dialogar para definir as responsabilidades para esta atividade de forma continuada. Como quinto  
88 assunto, tivemos o debate acerca dos **Itens necessários para o trabalho remoto para**  
89 **conselheiras/os e trabalhadores/as**. Foi informado o levantamento sobre a necessidade de  
90 equipamentos para possibilitar melhorias e adequação ao trabalho remoto. “KIT” composto de:  
91 notebook, tripé para celular, fone de ouvido, microfone de lapela, luminárias *led*. O Cfess fará  
92 a aquisição e disponibilizará a conselheiras/os e trabalhadores/as, por empréstimo, para

93 aqueles/aquelas que manifestarem a necessidade dos itens indicados. As solicitações devem ser  
94 dirigidas à diretoria executiva e a secretaria executiva deverá informar aos/às trabalhadores/ as  
95 sobre os itens disponíveis no “kit” e orientar sobre a solicitação. No sexto ponto, foram  
96 informados os **Convites** que a entidade recebeu, sendo que, alguns, foram deliberados por e-  
97 mail, pois chegaram depois do Pleno de fevereiro. São eles: Convite da SGTES (Secretária de  
98 Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde) para reunião acerca da apresentação da proposta  
99 preliminar do Plano Nacional de Fortalecimento das Residências em Saúde, para o dia 2 de  
100 março de 2021, às 14 horas: conselheira Ruth e assessora Zenite; UNIFAMAZ convida para II  
101 Roda de Diálogos Feministas e Aula Inaugural do Curso de Bacharelado em Serviço Social, em  
102 9/3: conselheira Emilly; CRESS-MT convida para *Live*: “Agora é hora: Regulamentação da Lei  
103 13.935 para garantir a psicologia e o serviço social na educação mato-grossense”, em 13/3:  
104 conselheira Kênia; Frente Parlamentar Mista em Defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta  
105 Antimanicomial convida para reunião virtual, para discutir o contexto atual da Política Nacional  
106 de Saúde Mental e elaboração de Plano de Trabalho para 2021, no dia 15 de março: conselheira  
107 Elaine; Cress-SE convida para participar de reunião no dia 18/3 às 15h, para debater sobre a  
108 Lei de Educação Especial: conselheira Kênia. MPE/PA, por meio do Centro de Estudos e  
109 Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), convida a para participar da mesa de abertura do “I  
110 Encontro do Serviço Social dos Ministérios Públicos da Região Norte: desafios para garantia  
111 de direitos”, no dia 24/3: conselheira Maria Rocha. Cress MG convida para participar como  
112 facilitadora da atividade virtual "Diálogos sobre os espaços de articulação e organização das/os  
113 Assistentes Sociais e de valorização do Serviço Social: constituição histórica dos NAS dentro  
114 do conjunto Cfess/Cress", a ser realizada no dia 24/3: conselheira Carla Pereira. Cress-CE  
115 convida para reunião com representantes das IES, CFESS, CRESS e ABEPSS, para debate  
116 sobre o posicionamento do Conjunto CFESS-CRESS e ABEPSS obre estágio supervisionada  
117 no período de isolamento social, em 17/3: conselheira Kênia. Todos esses já foram respondidos.  
118 Outros convites foram deliberados no pleno de março, a saber: Cress-PR convida para atividade  
119 no dia 22/3, para debate sobre as produções recentes do Serviço Social na Previdência Social e  
120 estratégias nacionais referentes à pauta do INSS: conselheira Lylia e assessora Cristina;  
121 Escritório do Coordenador Residente da ONU no Brasil convida para uma nova Reunião  
122 Sistema ONU e Associações e Coletivos de Usuários/as e/ou Familiares do Campo da Saúde  
123 Mental, em 26/3: assistente social Regia Prado; Enesso convida para a mesa de abertura do  
124 Conselho Nacional de Entidades Estudantis do Serviço Social Extraordinário - “CONESS  
125 Extra: Lutar para Estudar, Estudar para Lutar - Pandemia, Ensino Remoto e rearticulação do  
126 MESS”, em 27/3: conselheira Ruth. Sobre esses, a secretaria executiva dará as respostas aos  
127 demandantes. Por fim, o sétimo ponto tratou da **Comissão Permanente de Trabalho – CPT**.  
128 O funcionário Lucas apresentou a memória da última reunião realizada em dez de março, com  
129 a presença das conselheiras Dácia e Daniela e trabalhadores/ trabalhadora: Lucas, Diogo e  
130 Sandra, com os pontos discutidos e os encaminhamentos propostos, a saber: a) Necessidade de  
131 formalizar as atribuições específicas da CPT por meio de portaria - Encaminhamento: os  
132 integrantes da comissão trarão sugestões para elaboração e elaboração da Portaria, na próxima  
133 reunião; b) Aprimoramento das condições de trabalho (kits de teletrabalho) - Encaminhamento:  
134 levantamento das necessidades e encaminhamento para CPL para as providências de aquisição;  
135 c) Reestruturação das Unidades Administrativas: A CPT retomou o assunto de reformulação da  
136 estrutura de trabalho do CFESS - Encaminhamento: Será necessária a contratação de  
137 consultoria para realizar esse trabalho; a conselheira Dácia irá sistematizar a demanda para  
138 encaminhamento à CPL, que adotará as providências para o processo licitatório. Aprovado o  
139 encaminhamento; d) Avaliação de desempenho: diante da modificação da metodologia de

140 avaliação de desempenho e da normativa de progressão funcional dos trabalhadores em 2020,  
141 ainda restam dúvidas quanto ao período de transição entre a forma anteriormente adotada e a  
142 atual, proposta em 2020 - Encaminhamento: Sandra, com auxílio do Lucas, elaborará um  
143 relatório conciso apresentando a necessidade de transição; e) Agenda de Conversas: Sugeriu-se  
144 que, além de trazer questões relacionada a Trabalhadores, a CPT também seja um espaço de  
145 promoção de socialização e aprimoramento, como, por exemplo, uma agenda de conversas com  
146 convidados externos, para um diálogo sobre temas que raramente os trabalhadores, por estarem  
147 executando suas tarefas cotidianas, terão acesso - Encaminhamento: Sandra, Lucas e Diogo irão  
148 levar essa questão para os trabalhadores, para que eles também possam sugerir temas ou  
149 aprimoramentos nesse ponto; f) Publicização das ações da CPT: Pontuou-se, ainda, a  
150 necessidade de publicização das tarefas executadas na CPT, pois verificou-se entre os  
151 trabalhadores/ trabalhadoras, desconhecimento sobre as atribuições desta comissão -  
152 Encaminhamento: Passar a divulgar os encaminhamentos das reuniões ao conjunto de  
153 trabalhadores/trabalhadoras; g) Acordo Coletivo: Foi introduzido o tema na reunião e explicado  
154 o trâmite praticado usualmente, que consiste em: apresentação de “pautão” pelo sindicato;  
155 trabalhadores/trabalhadoras discutem e encaminham as reivindicações à direção para  
156 discussão e realização de reuniões posteriores para retorno - Encaminhamentos: Seguir o fluxo  
157 normal, tendo atenção especial à data-base e ao calendário do Pleno, para garantir que a  
158 discussão se dê em tempo hábil; h) Regulamentação de folgas das assessorias -  
159 Encaminhamento: CPT deve se reunir com as assessorias para entender melhor a demanda. Na  
160 sequência, foram encaminhados os pontos da **Comissão da Formação**, iniciando por  
161 **Informes**, a saber: a) Fórum Nacional Formação e Trabalho – ocorreu reunião com a nova  
162 coordenação da Abepss, Enesso e Cress-MA, tendo como encaminhamento principal a ação de  
163 potencializar a criação do Fóruns Regionais – nordeste e sudeste; b) Reunião do Cfess, via  
164 Comissão de Formação, com a nova gestão da Abepss - Pelo Cfess estiveram presentes as  
165 conselheiras Ruth, Elizabeth, Kênia, Eunice, Lyliã, Elaine. Maria e a assessora Cristina; pela  
166 Abepss, Rodrigo Teixeira, Marina Castro, Juliana Melin, Gustavo Repetti, Paula Sirelli, Ramiro  
167 Piccolo. Foram abordados temas que compõem as pautas das entidades e que se articulam, tais  
168 como: Fórum Nacional em Defesa do Trabalho e da Formação, Termo de Fomento (a ser  
169 pactuado entre as entidades), organização do CBAS /2022, supervisão de estágio. Em relação  
170 ao Cbas foi agendada reunião específica para o dia onze de março. Em relação ao Termo de  
171 Fomento foi informada a disponibilização de recursos do Cfess para esta finalidade no valor de  
172 R\$ 75.000,00 e os procedimentos formais para sua efetivação. Sobre o tema da supervisão de  
173 estágio, o Cfess apresentou a direção das discussões até então amadurecidas no Cfess, em  
174 consonância com as suas atribuições. Problematizou o processo de supervisão e as contradições  
175 do contexto atual e possíveis adaptações de caráter excepcional, destacando a suspensão do prazo  
176 para comunicação pelas IES aos Cress sobre as informações dos campos de estágio, decisão  
177 esta que será formalizada em Resolução. Reafirmou-se a essência da Resolução 533 e a defesa  
178 do ensino presencial. Informou-se ainda que o texto elaborado, que traz reflexões e orientações  
179 possíveis será divulgado amplamente. A Abepss fez algumas ponderações acerca dos limites  
180 do ensino remoto e a sua incompatibilidade em relação ao estágio. Tem-se que de fato é um  
181 assunto complexo e que demanda pensar sobre, tendo como referência a legislação profissional,  
182 contextualizada pela excepcionalidade do momento. c) **Comissão Nacional de Residência** – está  
183 em articulação um PL de autoria de Alexandre Padilha que recupera o processo de composição  
184 da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em saúde (CNRMS) e o seu papel como  
185 instância do controle social, posição esta que vem sendo defendida pelas entidades de  
186 trabalhadores da saúde, articuladas no Fentas. Há divergência de posicionamento com o FCFAS  
187 (Conselhinho). Em 2/3 ocorreu reunião chamada pela SGTES (Secretária de Gestão do  
188 Trabalho e da Educação na Saúde) tendo como pauta a reestruturação dos Programas de  
189 Residências. Participaram a conselheira Ruth e assessora Zenite; d) **Reunião da Coordenação**

190 Nacional de Entidades em Defesa da Educação Pública (Conedep) - Espaço de articulação  
191 política que o Cfess vem compondo nos últimos anos, possui reunião agendada para vinte e três  
192 de março às 14h para retomada de pautas relacionadas à defesa da educação e construção do 4º  
193 Encontro Nacional de Educação (ENE), contando com a participação das conselheiras Ruth e  
194 Eunice a assessora Cristina. Em seguida, como segundo ponto, pautou-se a **Apresentação do**  
195 **Parecer jurídico 4/2021- E** - Minuta de resolução para suspender os prazos estabelecidos pela  
196 Resolução CFESS nº 533/2008 de comunicação pelas Unidades de Ensino aos Conselhos  
197 Regionais de Serviço Social das informações referentes aos campos credenciados de estágio,  
198 aos supervisores acadêmico e de campo e aos estagiários. Aprovada a minuta apresentada,  
199 devendo ser publicada em Diário Oficial da União. Além disso, também se retomou a discussão  
200 acerca da versão final do Documento do Cfess sobre Supervisão de Estágio, ficando aprovado  
201 para envio aos Cress, mediante ofício contextualizando a decisão, além da divulgação geral  
202 acerca da Resolução e do Documento. Na sequência, passou-se para os pontos da **Comissão de**  
203 **Relações Internacionais**, tendo **Informe** sobre reunião ocorrida no dia dezessete de março  
204 com a comissão e convidadas/ convidado (Elaine Behring, Joaquina Barata, Esther Lemos,  
205 Maurílio Matos, Ivanete Boschetti e Tania Diniz) para fortalecer a participação do Cfess nas  
206 relações internacionais. As referências para o debate são as propostas aprovadas na Plenária  
207 Nacional no eixo da RI e as pautas das entidades e organizações das quais o Cfess é parte –  
208 FITS e Colacats. As discussões na reunião trouxeram também informação sobre espaços de  
209 organização / redes de coletivos internacional, tais como a rede SWAN que articula  
210 profissionais do campo progressista, como Serviço Social Crítico/ Radical, o qual promoverá  
211 Seminário Internacional nos dias 26 a 28 de março próximo - Encaminhamentos: Enviar o texto  
212 sobre o Cfess / RI para conselheiras/conselheiro; Avaliar uma maior divulgação das RI como  
213 efeito mobilizador no Conjunto – pautar com a comissão de comunicação; Ampliar a discussão:  
214 Cress, IES, outras redes. Como última comissão da noite, a **Comissão de Comunicação**  
215 apresentou a **proposta de arte para o Dia da/o Assistente Social – 15 de maio**, a partir do  
216 tema aprovado na Plenária Nacional: “Assistente social em defesa do direito à vida no campo  
217 e na cidade - pelos povos originários e comunidades tradicionais!” Mote criativo: “Estamos na  
218 linha de frente. Esses povos também. Há 500 anos”. No debate foram apresentadas sugestões  
219 para compor a arte, destacando, por exemplo, imagens de comunidades tradicionais; o trabalho  
220 profissional; o contexto da cidade na pandemia. A assessoria de comunicação explica a  
221 abrangência do tema e como incorporar as sugestões, informando ainda que terão outras peças,  
222 além de cartazes, (todas as peças em formato virtual). O assessor revisará as peças e formatos  
223 e apresentará ainda neste Pleno para avaliação. Às 22h00 findou-se as pautas do dia, retomando  
224 no dia seguinte, sexta feira, 19 de março, às 14h00. Retomando os trabalhos sob coordenação  
225 da Conselheira Maria, no dia 19 de março, às 14h00, os assuntos foram trazidos pela **Comissão**  
226 **de Orientação e Fiscalização – COFI**. O primeiro assunto foi de **Informes** sobre a reunião  
227 realizado com as Cofis dos Cress, no dia doze de março, que teve como propósito avaliar o  
228 processo de fiscalização no contexto atual, diante da suspensão de atividades presenciais na  
229 maioria dos Cress. Na convocação das Cofis foram apresentadas perguntas norteadoras com o  
230 objetivo de direcionar o debate, pensando os desafios da fiscalização; não tendo como objetivo  
231 uma “prestação de contas” das ações realizadas, mas, antes, o alcance destas, pois os dados  
232 quantitativos já apontavam para um aumento de ações realizadas de forma remota. Na reunião  
233 foi destacado pelo Cfess o papel das Cofis e os objetivos, diretrizes da Política Nacional de  
234 Fiscalização, que dão centralidade à orientação e fiscalização profissional exercido pelo  
235 Conjunto Cfess/ Cress. De modo geral, os Cress apresentaram a suas ações, sem, entretanto,  
236 fazer um balanço crítico, aspecto que compareceu muito residualmente. Não se observou

237 análises voltadas para a efetividade das ações, avaliação do que pode ou não ser feito  
238 remotamente e limites das TICs, por exemplo nos aspectos relacionadas ao sigilo e acesso aos  
239 meios remotos. Houve uma preocupação das Cofis com o retorno ao trabalho presencial,  
240 enfatizando a preservação da vida. Na reunião também foi apresentado uma síntese do  
241 documento sobre Supervisão de Estágio e a proposta de Resolução (conforme apresentada na  
242 comissão de formação), porém sem aprofundamento do debate devido ao esgotamento do  
243 tempo previsto para a atividade. Avaliou-se a necessidade de continuidade de aproximação com  
244 as Cofis nesses debates, pois percebeu-se uma perspectiva muito mais voltada aos aspectos  
245 normativos do que aqueles relacionados à dimensão político-pedagógico. O segundo ponto foi  
246 sobre **Ações relacionadas ao Serviço Social no INSS**, sendo que, dentre as questões  
247 recorrentes, permanecem as tensões em relação às condições de trabalho de assistentes sociais  
248 no INSS. Teve-se conhecimento da decisão do MPF/ Procuradoria do DF, relacionada a  
249 procedimento preparatório instaurada em face à diminuição do tempo de avaliação social de 60  
250 para 30 min, questão que tem rebatimentos no trabalho de assistentes sociais no INSS. Na  
251 decisão, o MPF não acata os argumentos expostos pela Fenasps, fazendo uma leitura meramente  
252 quantitativa e acatando, sem dificuldades, os dados e justificativas apresentados pelo INSS.  
253 Além dessa decisão de arquivamento por entender a improcedência do pleito, o MPF encaminha  
254 providência para apuração de pleito do INSS contra posicionamentos do Cfess, que segundo  
255 critérios dessa Autarquia, estaria extrapolando os limites de suas atribuições; e ainda, decide o  
256 MPF acatar pleito do INSS em relação a providências para que seja garantido o atendimento  
257 telepresencial para a parte da avaliação social do BPC. Tais decisões são extremamente  
258 desfavoráveis ao trabalho do Serviço Social no INSS, o que indica que o Cfess deverá  
259 prosseguir com as ações articuladas com a Fenasps, na resistência contra decisões que impactam  
260 negativamente na qualidade dos serviços profissionais prestados no âmbito da Autarquia. Teve-  
261 se conhecimento também do Parecer n. 00005/2021 da AGU/ Procuradoria-Geral Federal/  
262 Procuradoria Federal Especializada em face de consulta encaminhada pela DIRBEN/INSS,  
263 solicitando orientação jurídica acerca de manifestação técnica subscrita pelo Cfess sobre as  
264 atividades de assistentes sociais nos serviços previdenciários do Serviço Social e Reabilitação  
265 Profissional. Manifestação em que o Cfess se posiciona pela não compatibilidade entre  
266 determinadas atividades na RP e as atribuições de assistentes sociais. O Parecer conclui então  
267 que analistas do seguro social com formação em Serviço Social podem se manifestar como  
268 profissionais de referência, em razão dessa atividade se coadunar com as atribuições do cargo,  
269 bem como com as competências previstas para profissional de Serviço Social. Da mesma forma,  
270 a decisão contraria o entendimento do Cfess - Encaminhamentos: 1. Frente às decisões aqui  
271 relatadas e outras que seguem na pauta do Cfess em relação ao trabalho do Serviço Social no  
272 INSS, a Cofi e comissão de seguridade social deverão organizar os encaminhamentos para  
273 enfrentar tais decisões; 2. Organizar debate com os Cress; 3. Manifestar-se no processo do MPF  
274 em relação ao tempo de avaliação social. O terceiro ponto foi sobre **Sistema de**  
275 **Credenciamento de Campos de Estágios**, sendo informada a reunião com a Implanta ocorrida  
276 em dezoito de março, da qual participaram a conselheira Carla e assessora Cristina. O Sistema  
277 segue em desenvolvimento, sendo na reunião, apresentadas as alterações apontadas pelo Cfess.  
278 Entretanto, ainda não pode ser utilizado pelos Cress, embora já esteja instalado nos Cress que  
279 fizeram a migração para a plataforma.net. Informa-se também que nem todos os Regionais  
280 adquiriram este módulo, posto não ser obrigatório. Encaminhamentos: 1) A implanta  
281 apresentará o Sistema em reunião da Cofi/ Cfess; 2) Definição de 2 Cress para se fazer uma  
282 implementação piloto, antes de liberar para uso dos Cress que adquiriram o módulo. Na  
283 sequência, passou-se a palavra para a Comissão Administrativa Financeira que,  
284 primeiramente, apresentou a **MANIFESTAÇÃO JURÍDICA Nº 11/2021-V**, tendo como  
285 assunto o ofício Nº 029/2021 do Cress-BA p/ CFESS – que formalizou consulta relacionada a  
286 câmaras técnicas. O assessor jurídico Vitor encaminhou a MJ Nº 11/2021-V para subsidiar a

287 resposta ao CRESS-BA e, na reunião da comissão Adm-Fin foi sugerido aprofundar esse debate  
288 tanto em relação as terminologias (Comissões e grupos de trabalho), uma vez que outros  
289 regionais instituíram “Câmeras Técnicas”, mesmo que num outro formato. Restou aprovada a  
290 Manifestação Jurídica nº 11/2021-V, pelo Conselho Pleno, tendo por encaminhamentos o envio  
291 de ofício circular com as orientações a todos os Cress e o envio de ofício de resposta ao Cress  
292 BA. Como segundo ponto, houve informe sobre os **procedimentos para adequação da LGPD**  
293 **no âmbito do Cfess**, realizando a leitura da MANIFESTAÇÃO JURÍDICA Nº 07/2021-V  
294 ASSUNTO: Lei Geral de Proteção de Dados no Conjunto CFESS/CRESS, para conhecimento  
295 do Conselho Pleno. A partir do levantamento realizado, o grupo de trabalho apresenta as  
296 providências necessárias para a sequência das atividades. Dentre elas temos a indicação do  
297 trabalhador/encarregado, conforme previsão legal, para aprovação do conselho pleno e  
298 levantamento no âmbito do CFESS. O GT ainda está acumulando as discussões para decidir  
299 sobre a contratação de empresa especializada. Foi enviado formulário às unidades  
300 administrativas do Cfess sobre o acesso aos dados pessoais e dados sensíveis e o GT apresentou  
301 uma síntese sobre os resultados, sendo mapeadas 36 instâncias (comissões, assessorias, Gts,  
302 etc.), 326 processos de trabalho, dos quais 171 foram apontados, pelos responsáveis, como  
303 processos que contêm os dados pessoais /sensíveis. Esse diagnóstico irá requerer ações por  
304 parte do Cfess e gerará uma mudança de cultura e/ou práticas realizadas. Há, ainda, uma  
305 necessidade de levantamento no âmbito dos CRESS que ainda está aguardando respostas do  
306 formulário encaminhado. A maioria dos regionais já enviaram o formulário e o compilado será  
307 socializado como informe na próxima reunião do Conselho Pleno. Fica aprovado pelo Conselho  
308 Pleno, o nome do trabalhador do Cfess Jarbas Ferreira para exercer a função de encarregado  
309 (Art. 39 da LGPD) – Encaminhamento: Emitir portaria especificando o trabalho que o  
310 encarregado deverá desenvolver, conforme previsão legal. O terceiro ponto foi informe sobre  
311 os trabalhos da **CPAD**. No sentido de cumprir a deliberação referente à Gestão documental,  
312 tema 6: “*A Instituir a Política de Diretrizes da Gestão Documental para o conjunto CFESS-*  
313 *CRESS*”, a comissão estruturou o cronograma de atividades e dentre estes temos a mencionada  
314 reunião que visa sanar as dúvidas e nivelar as ações que têm sido desenvolvidas no âmbito do  
315 CFESS sobre a execução das rotinas de gestão documental assim como as atividades de  
316 protocolo, arquivo e uso de sistema informatizado. Para subsidiar o debate foi enviado para  
317 todos os regionais o Manual de Gestão Documental elaborado pelo CFESS, em anexo ao  
318 OFÍCIO CIRCULAR CFESS Nº 18/2021. Os Cress já estão dando a devolutiva sobre o convite  
319 e a indicação de um/a conselheiro/a e um/a trabalhador/a para participação e a reunião com os  
320 Cress está agendada para o dia 26/03/2021 a partir de 18h pela plataforma na plataforma  
321 Yealink Meeting. Na sequência, o Conselho Pleno apreciou a **MANIFESTAÇÃO JURÍDICA**  
322 **Nº 10/2021-V - RECURSO ADMINISTRATIVO CFESS Nº 02/2021** apresentado pelo  
323 GRUPO GPA DO BRASIL SERVIÇOS E MAÕ DE OBRA ESPECIALIZADA EIRELI –  
324 EPP. A recomendação, aprovada pelo Conselho Pleno, foi para que o Cfess confirme a posição  
325 de primeira instância, julgando improcedente o pleito da recorrente. Encaminhamento: Enviar  
326 ofícios à recorrente e ao 10ª Região/RS, com a referida Manjur, informando do teor da decisão.  
327 Em seguida, a **Comissão de Seguridade Social** apresentou suas pautas. O primeiro ponto foi  
328 com relação à **Lei 13.935/2019 – Lei da Educação**, tendo as seguintes frentes de Ação: 1)  
329 Ações de acompanhamento da Coordenação Nacional que reúne CFESS, CFP, ABEPSS,  
330 ABRAPI, ABEP, FENAPSI – Articulação com entidades municipalistas, de defesa da  
331 educação, CRESS e CRPs; 2) Ações para intensificar a articulação regional e envolvimento  
332 dos CRESS na implantação da lei; 3) Ações de articulação com profissionais de referência na  
333 educação básica, estudiosos e profissionais da área. Sobre as Ações de acompanhamento da

334 Coordenação Nacional são realizadas reuniões mensais da Coordenação Nacional com  
335 calendário definido; a) reuniões de articulação com entidades municipalistas, de defesa da  
336 educação, CRESS e CRP; b) reunião com os CRESS e os CRP dia 26/03/2021; c)  
337 acompanhamento e revisão de minutas de Projetos de lei, manuais de orientação e outros  
338 documentos sobre implementação da Lei e Fundeb e; d) proposição e elaboração de identidade  
339 visual em articulação com Comissão de Comunicação do CFESS, com o objetivo de evidenciar  
340 as ações que partem deste espaço. Sobre as Ações para intensificar a articulação regional e  
341 envolvimento dos CRESS na implantação da Lei 13935/2019, foram desenvolvidas ações, tais  
342 como: a) Criação grupo de WhatsApp com os CRESS. Objetivo de mobilização e socialização  
343 das informações. Acompanhado por Kênia, Eunice, Maria, Elaine, Ruth, assessorias; b) Ações  
344 de mobilização com os CRESS, contribuindo na articulação e participação em atividades dos  
345 CRESS quando convidadas; c) Levantamento das experiências, ações e demandas de orientação  
346 junto aos CRESS; d) Diálogos sobre o fortalecimento das ações encaminhadas historicamente  
347 no âmbito da Coordenação Nacional e da direção do trabalho profissional na educação. Sobre  
348 as Ações de articulação com profissionais de referência na educação básica, estudiosos e  
349 profissionais da área, a comissão encaminhou: a) Realização de novas reuniões com grupo que  
350 trabalha com tema serviço social na educação básica, estudiosos e profissionais da área; b)  
351 Elaboração de nova publicação/Brochura sobre atuação de assistentes sociais na educação  
352 básica, levantamentos, elaboração de subsídios, vídeos e debates; c) Acompanhamento de  
353 projetos de Lei - PLs que tratam da assistência estudantil e incidências para alterações; d)  
354 Criação de um Observatório Nacional sobre a inserção do serviço social na educação básica e  
355 implantação da Lei 13935/2019. – Ficou aprovada a composição de Grupo de Trabalho sobre  
356 o tema: Coordenação e assessorias das comissões de Seguridade (Elaine e Kênia), Cofi (Maria),  
357 Formação (Ruth) e Comunicação e como encaminhamentos: 1) Centralidade da articulação  
358 regional neste momento e manutenção de ações da Coordenação nacional; 2) Proposição e  
359 elaboração de identidade visual em articulação com Comissão de Comunicação do CFESS, com  
360 o objetivo de evidenciar as ações que partem deste espaço; 3) Criação de um Observatório  
361 Nacional sobre a inserção do serviço social na educação básica e implantação da Lei  
362 13935/2019; 4) Elaboração de textos, vídeos e cards sobre os temas: serviço social na educação;  
363 atribuições e competências; experiências de mobilização pra implementação da Lei;  
364 experiências de estados que já possuem assistentes sociais na educação; Planos de Cargos,  
365 Carreiras e Salários; Financiamento; organização política como trabalhadoras/es da educação;  
366 defesa da educação pública; entre outros; 5) Contratação de bolsista para acompanhamento das  
367 ações, mediante edital. Fazer consulta ao jurídico. Como segundo ponto, foi dado **Informe**  
368 **sobre a Campanha da Renda Básica que Queremos e Auxílio Emergencial** A Campanha  
369 Renda Básica Que Queremos é composta por 270 organizações, movimentos e instituições da  
370 sociedade civil; Houve reunião em janeiro, fevereiro e março/2021, reafirmando o momento de  
371 luta pelo retorno do Auxílio Emergencial no valor de 600 reais e manutenção até o fim da  
372 Pandemia, com a direção da defesa da sobrevivência e da vida da população, pela garantia de  
373 renda como direito de cidadania e parte da proteção social pública que é dever do Estado, uma  
374 vez que o isolamento social, necessário, não se faz com boa vontade e heroísmo, mas sim com  
375 condições concretas de sobrevivência para a população que vivencia a pobreza, a desassistência,  
376 o desemprego, a precarização do trabalho e a fome. Dia 11 de março, a Câmara dos Deputados  
377 votou e aprovou a Proposta de Emenda à Constituição nº 186/2019, a chamada ‘PEC  
378 Emergencial’, que abre caminho para o pagamento de um novo auxílio emergencial, agora no  
379 valor de apenas R\$250, menos da metade dos R\$600 que foram pagos em 2020, e que será  
380 destinado a um número bem menor de famílias do que no ano anterior. A MP 1039/2021 de  
381 15/03/2021 – Institui o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde  
382 pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). Valor menor e  
383 estratificado - a ser pago a partir de abril em 4 parcelas que variam de R\$ 150 a R\$ 375 (R\$



384 150, se o beneficiário morar sozinho, R\$ 250 para aqueles com famílias e R\$ 375 para mulheres  
385 chefes de família), sem possibilidade de novas requisições além dos já cadastrados.  
386 Encaminhamento: Importância de enfatizar o motivo do Cfess se envolver na defesa dessa pauta  
387 e das/o conselheiras/o acompanharem o debate. O terceiro ponto tratou sobre **Vacinação e SUS**  
388 **na Pandemia** Seguimos a linha que foi delineada na reunião com os CRESS dia 29/01/2021,  
389 foi dada ênfase em manter Campanhas Abrace a Vacina, Mobilizações nacionais; Articulação  
390 em Conselhos, Fóruns e Frentes – CNS, FENTAS, FNCPS; Inserir este debate em ações no  
391 âmbito da Campanha de gestão CFESS-CRESS para o triênio: "Mulheres: assistentes sociais  
392 contra o trabalho explorado, toda forma de opressão e em defesa da vida!"; Elaborar vídeo que  
393 explicita a defesa de vacina para todas/os no SUS, pautas da seguridade social e questões  
394 apontadas pelos CRESS; Criar grupo de WhatsApp com os CRESS; Pensar inserção na Frente  
395 pela Vida. Após essas iniciativas, houve, também debates recentes sobre o tema, tais como:  
396 Demandas por vacinação de assistentes sociais do SUAS; Inclusão de item sobre serem  
397 vacinados “todos os profissionais de saúde, contemplados na resolução cns nº 287, citada  
398 anteriormente nesta nota, independentemente do local de atuação” e, também, o OFÍCIO Nº  
399 234/2021/CGPNI/DEIDT/SVS/MS de 11/03/2021 AOS COORDENAÇÕES ESTADUAIS DE  
400 IMUNIZAÇÕES sobre o Assunto: Orientações técnicas de vacinação do grupo prioritário  
401 “Trabalhadores da Saúde” da Campanha Nacional de Vacinação contra a Covid-19. Foi  
402 discutida sobre a importância de dar visibilidade a resolução CNS, mantendo discussão como  
403 trabalhador e não apenas corporação profissional. Por todos os argumentos apresentados, restou  
404 aprovado pelo Conselho Pleno a manutenção da direção política de VACINAÇÃO PARA  
405 TODOS/AS - Encaminhamentos: 1) Pensar em estratégias de divulgação do posicionamento  
406 do Conjunto Cfess- Cress, juntamente com a COCOM, não assumindo a perspectiva  
407 corporativa, mas apontar criativamente o direito de várias categorias da classe trabalhadora,  
408 questionando a visão corporativista e individualista. 2) Criar um novo plano de comunicação,  
409 inclusive desse tema ser pautado na Semana do/a assistente social, e também como  
410 desdobramentos das ações do Plano Covid. O quarto ponto foi sobre o informe da **V**  
411 **Conferência Nacional de Saúde Mental** que acontecerá entre 17 e 20 de maio de 2022 – Nessa  
412 pauta, o Cfess mantém representação no CNS – Mesa Diretora; FENTAS e Frente Parlamentar  
413 em Defesa da reforma Psiquiátrica e da luta Antimanicomial. (Representação do Cfess, Elaine  
414 e Régia), tendo debates na direção de combater a perspectiva de consolidação da agenda de  
415 retrocessos da contrarreforma psiquiátrica e de defesa da luta antimanicomial radicalmente  
416 comprometida com a reforma psiquiátrica e a reforma sanitária. - Encaminhamento: Elaine  
417 enviará os tópicos que são abordados nas apresentações sobre várias temáticas, saúde mental,  
418 educação, vacinação; Indicação sobre os temas para o Cfess Manifesta deverão ser discutidos,  
419 incluindo as pessoas responsáveis pela sua elaboração, durante a discussão sobre o  
420 Planejamento. Alessandra e Agnaldo realizaram um levantamento de temas a partir das  
421 bandeiras de luta. No quinto assunto, houve informes e reflexões acerca das **Eleições e Defesa**  
422 **do Conanda**. Lembrando aspectos anteriores, já informados ao pleno, sobre a judicialização da  
423 eleição do Conanda, por meio da representação do Conselheiro Agnaldo: houve elaboração de  
424 uma Carta-Manifesto denunciando que o Gov Fed não publicou edital das eleições do Conanda  
425 e que agora o Conanda está inativo; realização de um Ato público, no dia 12/02/2021; campanha  
426 em Defesa do Conanda: tivemos o dia "D" em 29/12/20 e a ideia agora é reativar a "Campanha  
427 Escute esse Conselho" realizada em 2019; retorno do CFESS e pagamento anuidades para  
428 fortalecimento do Fórum Nacional de Direitos Da Criança e Adolescente – FNDCA e; o  
429 julgamento da ADPF 622 no STF. O julgamento da ADPF 622 no STF aponta alguns elementos  
430 que contribuem para a defesa do CONANDA com protagonismo da sociedade civil e as eleições

431 para a Sociedade Civil do Conanda irão ocorrer em 2021 e está em diálogo quais entidades  
432 poderão ser candidatas, em face dos dispositivos que limitam número de vezes em que é  
433 possível recondução. Como deliberação do Conselho pleno ficaram aprovadas 1) a indicação  
434 de Magali como representação a se somar no Conanda e FNDCA, juntamente com o conselheiro  
435 Agnaldo - a partir de março/2021;) 2) Realização de reunião do CFESS sobre o Movimento de  
436 Proteção Integral, com o objetivo de discutir a caracterização deste espaço e proposições para  
437 seu fortalecimento, com a participação de pessoas de referência citadas acima – realização em  
438 março/2021; 3) Articulação com o CRESS PR sobre a organização conjunta do Seminário de  
439 Infância, Adolescência e Juventude e planejamento de reunião com os CRESS - realização em  
440 março/2021; 4) Realização de reunião do CFESS com os CRESS para discussão do Movimento  
441 de Proteção Integral e da pauta da defesa de direitos de crianças e adolescentes, com o objetivo  
442 de socializar informações sobre o MPI e a inserção do CFESS; mobilizar os regionais e a  
443 categoria em torno da pauta, deste espaço e para o Seminário Nacional e estaduais de Infância,  
444 Adolescência e Juventude - realização em março/2021; 5) Caracterização e discussão sobre a  
445 Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente, com dados sobre  
446 composição, temas em pauta, ações realizadas e articulação do CFESS; 6) Enfatizar a  
447 articulação entre as Comissões COFI, CEDH e Seguridade Social nesta pauta; 7) Eleições SC  
448 Conanda – Encaminhamentos: CFESS se habilitar como eleitor e candidato, com conselheiro  
449 Agnaldo Knevez a frente. Verificar edital e documentos. Responsáveis: Agnaldo, Zenite e  
450 Sandra Sampe. Responsáveis pela caracterização da frente parlamentar – Kelly, Agnaldo e  
451 Daniela. Na sequência, como encaminhamento do dia anterior, a pauta retornou para o ponto  
452 da **Comissão de Comunicação**, especificamente sobre a Arte do Dia do/a Assistente Social,  
453 após as considerações realizadas. Foram apresentados dois modelos de cartazes, visto que uma  
454 arte apenas não daria conta de aglutinar todos os elementos necessários para dialogar com a  
455 categoria e com a complexidade das questões apresentadas. Foram aprovadas as artes dos  
456 cartazes para a semana do/a assistente social, com a sugestão de alterar as cores do texto/letras  
457 do cartaz azul para dar destaque. Ficou encaminhado que a COCOM dará andamento aos  
458 encaminhamentos propostos pelo Conselho Pleno, com consulta prévia aos Cress, como de  
459 praxe. Ficou, também, aprovada pelo Conselho Pleno, a comissão organizadora do seminário  
460 de Maio, tendo na composição as conselheiras Franciele e Priscila, juntamente com a Emilly e  
461 assessoria de Comunicação. Encaminhamentos: Cronograma de produção; Proposta de arte e  
462 selo; Criação do formulário no Forms, para que os Cress preencham a respeito da arte; Não  
463 haverá impressão de materiais; Criação de peças visuais, vídeo, cards e spots; Consultar os  
464 Cress sobre interesse em outdoor e busdoor; Proposta de realizar reunião com as comissões de  
465 comunicação e dos Cress – 9 de abril às 16h e e-mail para a empresa, dia 22/03; Live do Cress,  
466 no dia 15 de maio, às 16h (empresa de eventos e convidadas); Divulgar calendário de lives dos  
467 Cress e selecionar quais serão retransmitidas pelo Cress; Pensar na possibilidade de  
468 disponibilizar as artes dos cartazes para impressão de quem desejar e disponibilizá-lo no site do  
469 Cress (versão melhor para impressão); Elaborar um tema para a foto de perfil no facebook, em  
470 comemoração ao dia. A Comissão Organizadora deverá se reunir durante a próxima semana (de  
471 22 a 26/03) para já apresentar algumas propostas, que deverão circular por e-mail, em razão  
472 do pouco tempo. Outro ponto apresentado pela comissão foi a de contratação de estagiária de  
473 comunicação, dialogando sobre o perfil e aprovando as providências necessárias para  
474 formalizar a contratação. Ficou encaminhado de realizar um levantamento sobre as formas de  
475 contratação de estágio não obrigatório, considerando o período de trabalho remoto. Na  
476 sequência, a **Comissão de Ética e Direitos Humanos** passou a apresentar os assuntos a serem  
477 debatidos. O primeiro ponto foi a **Composição da Comissão Organizadora do Seminário  
478 Nacional sobre a condição de infância, adolescência e juventudes**. A CEDH indicou para a  
479 compor a comissão organizados as: Conselheiras Daniela, Dilma, Kelly (suplente) e assessora  
480 Adriane

481 Serão indicados durante a semana (22 a 26/-3) os/as representantes da Cofi e da Seguridade  
482 para compor a comissão organizadora. Encaminhamentos: 1) Após indicação das comissões  
483 envolvidas, enviar um ofício ao Cress 11ª Região/PR para que indicar 2 conselheiros/as e um  
484 suplente para compor a comissão organizadora. 2) Posteriormente, emitir Portaria instituindo a  
485 Comissão Organizadora do Seminário; 3) A comissão organizadora deverá apresentar uma  
486 proposta com linhas gerais para a realização do Seminário no pleno de abril. O segundo ponto  
487 apresentado foi o **PARECER JURÍDICO nº 13/21 - ASSUNTO: Encaminhamento pelo**  
488 **CRESS/AM do requerimento de DESAGRAVO PÚBLICO** envolvendo o trabalho  
489 profissional de assistente social, que teve repercussão nacional. Aprovado o Parecer Jurídico  
490 13/21, pelo Conselho Pleno, com o indicativo de um desagravo conjunto entre o Cfess e o Cress.  
491 Aprovado pelo Conselho Pleno, a designação da Conselheira Alessandra como relatora que,  
492 juntamente com a assessora Sylvia Terra, elaborará o Relatório. Como encaminhamento ficou  
493 enviar ofício ao Cress 15ª/AM, relatando a discussão, indicando a relatoria do Cfess e  
494 apresentando os procedimentos iniciais para a realização do desagravo público conjunto. O  
495 terceiro ponto foi com relação à **Adoção de Providências em relação as situações constatadas**  
496 **no julgamento do RECURSO CFESS nº 05/20**. Resguardando o necessário sigilo do recurso  
497 ético em questão, foram evidenciadas as situações que ensejaram inadequações na condução de  
498 etapas de instrução processual por parte do Cress, tendo como encaminhamento: 1. CEDH  
499 Realizar reunião com o Cress 21ª Região/MS, mais especificamente com a Comissão  
500 Permanente de Ética, para prestar orientação sobre a instrução de processos éticos. 2.  
501 Amadurecer as questões apontadas no parecer, sobre os procedimentos a serem adotados,  
502 inclusive sobre a abertura de uma sindicância administrativa para apuração do caso, retomando  
503 o debate no pleno de abril, para subsidiar a decisão do Conselho Pleno. O último ponto  
504 apresentado pela comissão foi **Assinatura do Manifesto contra o Femicídio**, ficando a  
505 mesma aprovada, cabendo à conselheira Emilly a responsabilidade pelos encaminhamentos  
506 posteriores. Ao término das discussões do dia, às 23h00, suspendeu-se a reunião do Conselho  
507 Pleno, indicando a continuidade no dia seguinte, a partir das 09h00. No dia 20/03, às 09h,  
508 retomou-se os trabalhos com a palestra/atividade com a Professora Convidada Marilda  
509 Yamamoto, que tratou de temas alusivos à conjuntura e os desafios para o Serviço Social  
510 brasileiro, iluminando os debates e reflexões acerca do planejamento do Cfess nas ações de  
511 2021. Às 14h00, sob coordenação da conselheira presidenta, o primeiro ponto foram os  
512 **informes gerais**: 1. Participação do dia Mundial do Serviço Social, dia 16/3; veiculação de  
513 vídeo com depoimento da presidente do Cfess. 2. Participação na SWAN – rede internacional  
514 do Serviço Social Radical; entrevista com a presidente, Elizabeth, situando as estratégias de  
515 articulação da AL e a importância da frente internacional de SS; 3. Sindicância do CRESS-BA  
516 – realizada a primeira reunião da comissão composta pelas assistentes sociais: Elizabeth  
517 Salvador (RJ), Andreia Pequeno (RJ); Valéria Jatobá (BA) e Telma Ferraz (BA-suplente); tendo  
518 apoio, o acompanhamento da conselheira Dácia e assessor jurídico, Vitor Alencar e apoio  
519 administrativo de Sandra Sempé; 4. Reunião do Conselho – dia 23/2 a próxima será 30/3 –  
520 Discussão do Regulamento do Conselho – Minutas de Resolução (recomendação para adoção  
521 nas normativas dos Conselhos) – sobre demissão de trabalhadores celetistas (sem justa causa e  
522 por justa causa). Avalia-se que as normativas estão sendo discutidas por solicitação de  
523 Conselhos Federais como forma de padronizar procedimentos uniformes no âmbito dos  
524 Conselhos. Ressalta-se que as normativas em discussão, em muitos pontos, não se coadunam  
525 com a perspectiva adotada pelo Cfess na gestão do trabalho. 5. – Conselheira Elaine informa  
526 sobre artigo escrito para a Revista da UFRGS sobre a temática da saúde; 6. Reunião da  
527 sociedade civil do Conanda sobre o processo eleitoral. Dirimida a dúvida anterior de que as

528 entidades suplentes poderão se candidatar para recondução, se assim desejarem. Com essa  
529 decisão, o Cfess poderá se candidatar. No segmento de conselhos profissionais tem-se o Cfess  
530 e a OAB concorrendo às vagas (titular e suplente). Na sequência, o ponto tratado foi a **Leitura**  
531 **e apreciação da Ata da 236ª reunião do Conselho Pleno**, realizada de 4 a 7 de fevereiro  
532 ficando a mesma aprovada, com incorporação de sugestões no que se refere à forma. Na  
533 sequência, passou-se a palavra às membras do **Conselho Fiscal**, que informaram sobre a  
534 dinâmica adotada; a três conselheiras se organizaram para que cada uma acompanhe o  
535 desempenho de nove Regionais de forma mais detalhada. Apresentaram o PARECER DO  
536 CONSELHO FISCAL CFESS Nº 003/2021, contendo apreciação do balancete do CFESS  
537 referente aos meses de janeiro e fevereiro de 2021. O Conselho Fiscal do CFESS, em reunião  
538 realizada por meio de ambiente virtual, manifesta-se favorável à aprovação do balancete CFESS  
539 referente ao período de 01/01/2021 a 28/02/2021 que, nos mesmos termos, fora aprovado pelo  
540 Conselho Pleno. Apresentam, também, o PARECER DO CONSELHO FISCAL CFESS NO  
541 04/2021, contendo apreciação de balancetes dos Conselhos Regionais de Serviço Social -  
542 CRESS, referente ao quarto trimestre do exercício 2020. Com parecer favorável e com  
543 recomendação acatada pelo Conselho Pleno, ficaram aprovados os balancetes dos CRESS 1ª,  
544 2ª, 3ª, 5ª, 6ª, 7ª, 12ª e 27ª região. O CF tem feito discussões sobre o papel político dessa instância,  
545 na perspectiva de adoção de postura proativa e de orientação aos Cress. Avalia-se que os  
546 recursos do saldo positivo das receitas do ano do Cfess em 2021, possa ser direcionado para  
547 aporte na área gestão de trabalho, tema a ser amadurecido nas comissões correlatas. O Assessor  
548 contábil, Vilmar, pondera que o eventual saldo positivo não seja utilizado para despesa  
549 continuada, devendo esse ponto ser considerado nas análises das comissões e do pleno.  
550 Chamam atenção para a situação do atraso no envio dos balancetes por parte de alguns Cress,  
551 considerando que a ausência dessa documentação impossibilita que o CF do Cfess proceda  
552 análise em relação à execução orçamentária. Há diálogos em andamento com esses Cress para  
553 evitar problemas nessa área. Ainda, registrou-se que o Cress-MS retificou sua proposta  
554 orçamentária e essa questão se encontra em análise de Ata Contabilidade, para posterior análise  
555 do Conselho Fiscal. Outro ponto foi o debate sobre **Comissão Especial**. Em razão da pandemia  
556 a reunião de 2020 foi suspensa por Resolução, indicando que a prestação de contas de 2019  
557 seria analisada juntamente com a prestação de contas de 2020, em 2021. Porém, em face à  
558 permanência do contexto da pandemia e do isolamento social, ainda não é possível realizar  
559 reunião presencial. Nesse sentido, a sugestão é verificar as possibilidades e as providências para  
560 que a Comissão Especial se reúna de forma virtual, porém há problematizações por parte da  
561 assessoria contábil e da assessoria jurídica, com relação à estrutura necessária para tal feito. No  
562 entanto, as conselheiras se manifestam no sentido de que a Comissão Especial tem uma função  
563 estatutária e que não poderiam deixar de executar seu trabalho, com todos os limites impostos  
564 pela conjuntura, a menos que essa seja uma decisão da própria comissão. Vitor informa que há  
565 possibilidade jurídica de não só adiar, mas também um possível cancelamento da reunião da  
566 comissão. No entanto, as conselheiras insistem na necessidade de tentar encontrar formas para  
567 que os trabalhos da Comissão Especial aconteçam. Encaminhamentos: 1) Enviar ofício aos  
568 Cress para indicarem suas representações e elaborar a Portaria de designação; 2) Preparar a  
569 documentação e meios tecnológicos adequados que viabilizem a análise a distância; 3) Avaliar  
570 em conjunto com os Cress componentes da comissão sobre a viabilidade de realização da  
571 reunião por meio remoto. Após a reunião e com os elementos se deliberaria; 4) Desdobramentos  
572 – adequações normativas necessárias; levantamento da documentação; 5) Pensar em uma  
573 metodologia por etapas: orientação e discussão sobre a viabilidade; definição do material a ser  
574 analisado; análise propriamente; 6) A tesouraria e o conselho fiscal ficam responsável por  
575 aprofundar a matéria e trazer a proposta no Pleno de abril. Em seguida, a conselheira presidenta  
576 conduziu a discussão acerca do **Planejamento 2021: discussão das estratégias e prioridades**  
577 **das Comissões**. À luz do plano de metas aprovado para o ano de 2021, as Comissões de

578 Trabalho apresentaram a síntese de suas discussões quanto ao planejamento de 2021, as ações  
579 aprovadas na Plenária Nacional do Conjunto Cfess/Cress e o cronograma do ano, para execução  
580 das atividades. Todas as comissões iniciaram, internamente, esse debate e ficaram com a tarefa  
581 de dar continuidade às reflexões, uma vez que as atividades são muitas e necessitam de uma  
582 maturação sobre as prioridades da entidade, levando em consideração as responsabilidades  
583 assumidas, mas, também, as condições objetivas de realizar as atividades planejadas. Como  
584 indicativo a ser construído processualmente, indicou-se: a) Que as comissões dialoguem entre  
585 si para identificar ações conjuntas; b) Que os calendários possam ser dimensionados de acordo  
586 com as possibilidades de cada comissão; c) Que o debate seja retomado nos plenos  
587 subsequentes, no sentido de acompanhar os desdobramentos e propor prioridades; d) Que ações  
588 mais amplas possam ser identificadas como prioridades da gestão, como, por exemplo a  
589 continuidade e finalização da pesquisa nacional do perfil profissional. Na sequência, a pauta da  
590 **Comissão de Seguridade Social** foi retomada, considerando que no dia anterior havia ficado  
591 a pendência de discussão acerca do ponto **Assistência Social**. Nesse momento, foi iniciada uma  
592 avaliação acerca dos limites e possibilidades dos espaços de controle social, como o FNTSUAS  
593 e o CNAS, além de informações acerca das ações da Frente Nacional em Defesa do SUAS e da  
594 Seguridade Social, tendo o entendimento da necessidade de dedicar mais tempo ao assunto,  
595 considerando todas as particularidades que decorrem do momento presente. Além disso, foi  
596 citada a questão da Conferência Nacional de Assistência Social, a ser realizada em dezembro  
597 de 2021 e que deve ser precedida de amplo processo de mobilização e articulação estadual e  
598 municipal. Encaminhamentos: 1) Realizar reunião com os Cress dia 25/3, às 16h para tratar do  
599 lugar dos conselhos na articulação para a Conferência. 2) Retomar a discussão na comissão,  
600 trazendo uma proposta para debater a inserção na Frente em Defesa do Suas e outros assuntos  
601 alusivos à matéria. A comissão de seguridade, na representação da pauta, fica responsável pelos  
602 encaminhamentos. Em seguida, também como pendência de discussão do dia anterior, o assunto  
603 retornou para a **Comissão de Comunicação** que tratou sobre o **Projeto da Agenda da/o**  
604 **Assistente Social 2022**, ficando aprovado, em linhas gerais, o tema: “Luta da classe  
605 trabalhadora pela vida, vinculando ao exercício profissional”. A comissão dialogará com as  
606 profissionais indicadas para escrever o projeto, na ordem: Sonia Lúcia, Bia Abramides, Eblin  
607 Farage – encaminhando o que necessitar. Também, tratou sobre a **campanha de gestão do**  
608 **triênio**. A comissão de comunicação apresentou a proposta para desencadear esse processo,  
609 considerando que a comissão da campanha deve ser composta por mais pessoas, para além  
610 dos/as membros/as da comissão de comunicação. Nesse caso, houve o indicativo de composição  
611 da comissão da Campanha por: Kenia, Emilly, fazendo diálogos com Dilma, Mauricléia e Dácia  
612 acerca do interesse e disponibilidade em agregar esse espaço, ressaltando a fundamental  
613 importância da contribuição delas nesse processo, sobretudo Mauricleia, que já acompanha a  
614 pauta das mulheres, pelo Cfess, desde o início da gestão. Encaminhamentos: 1) Reunião com  
615 as convidadas para a agenda; 2) Consulta à Dilma, Dácia e Mauricleia sobre a composição na  
616 comissão da campanha. 3) Reflexões da comissão de comunicação e comissão da campanha de  
617 gestão para apresentar estratégias de fomentar a participação dos Cress nos conteúdos da  
618 campanha de gestão. Na sequência e retomando o informe acerca da reunião com a ABEPSS,  
619 foi pautada a necessidade do Cfess indicar representantes para a composição da comissão  
620 organizadora do **CBAS 2022**. Há que se fazer reflexões acerca das perspectivas sobre o formato  
621 do evento, considerando o contexto da pandemia em 2022, sendo que há um desejo comum das  
622 entidades de realizar um evento presencial; porém, não se descarta a possibilidade de ainda não  
623 haver as condições sanitárias de segurança para um evento presencial do porte do CBAS; assim,  
624 pode-se se pensar em formato híbrido ou mesmo totalmente remoto. A comissão organizadora

625 do congresso é formada por 4 representantes de cada entidade (ABEPSS, CFESS, ENESSO e  
626 CRESS), sendo 3 titulares 1 suplente. Pelo Cfess ficam aprovadas as conselheiras Ruth, Lyliá,  
627 Carla ficando Maria ou Beth, como suplente para a composição da comissão, devendo, em abril  
628 de 2021, ter nova reunião com a ABEPSS para encaminhar os próximos passos dessa  
629 importante organização. Encerrado esse ponto, foi indicado o término da reunião do Conselho  
630 Pleno, com a conselheira presidente Maria Elizabeth Santana Borges tecendo as considerações  
631 finais e, não havendo mais o que tratar, deu a mesma por encerrada às vinte e duas horas  
632 (22h00min) com agradecimento a participação e qualidade dos debates realizados ao longo da  
633 jornada de três dias. Nada mais havendo a tratar, eu, Kelly Rodrigues Melatti, lavrei a presente  
634 ata, que assino em conjunto com a Presidenta do Conselho.

Brasília, 20 de março de 2021.

635  
636  
637  
638

**Maria Elizabeth Santana Borges**  
Presidente

**Kelly Rodrigues Melatti**  
1ª Tesoureira